

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

REVISTA QUERUBIM

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Ano 13 Número 31 Volume 1

ISSN – 1809-3264

2017

2017

2017

2017

**REVISTA QUERUBIM
NITERÓI – RIO DE JANEIRO**

2017

NITERÓI RJ

ÍNDIA E JAPÃO NO PERCURSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DA JUTA NO BRASIL

Aldenor da Silva Ferreira¹
Alfredo Kingo Oyama Homma²

Resumo

Este texto analisa fragmentos da participação histórica direta e indireta do Japão e da Índia no estabelecimento da cultura da juta no Brasil. No percurso da pesquisa documental, realizada em instituições dos estados do Amazonas, Pará e São Paulo, pôde-se constatar que, no limiar do século 20, houve tentativas de cultivo de juta em São Paulo, cujas sementes eram provenientes de Calcutá. Apesar de muitas tentativas, essa cultura não floresceu no estado. Seu sucesso ocorreu apenas na Amazônia, fundamentalmente, por conta do empenho dos colonos japoneses. O objetivo deste texto, portanto, é apresentar informações inéditas acerca desses processos.

Palavras-chave: Juta; História; São Paulo; Amazônia

Abstract

This paper analyze fragments of the direct and indirect historical participation of Japan and India in the establishment of jute culture in Brazil. In the course of documentary research, carried out in institutions in the states of Amazonas, Pará and São Paulo, it was possible to observe that at the threshold of the 20th century, there were attempts to grow jute in São Paulo, whose seeds came from Calcutta. Despite many attempts, this culture did not flourish in the state. Its success occurred only in the Amazon, fundamentally, because of the commitment of the Japanese settlers. The purpose of this text, therefore, is to present unpublished information about these processes.

Keywords: Jute; History; São Paulo; Amazon

Introdução

No Brasil, especialmente na Amazônia, a história da cultura da juta está intrinsecamente ligada a processos que envolvem a Índia e o Japão. A primeira por ser a “casa da juta” no Oriente. Na Índia, o cultivo de juta é praticado desde tempos imemoriais. Conforme Wright et al. (2012), descobertas no campo da arqueologia botânica têm revelado a presença de tecidos de juta no subcontinente indiano que datam de pelo menos dois milênios antes de Cristo. No caso do Brasil, a ligação com a cultura da juta é indissociável da cultura do café. No percurso do século 19 e início do século 20, o país monopolizava o mercado mundial de café, necessitava, portanto, de enormes somas de sacarias para armazenar e exportar esse produto.

Toda a sacaria e a aniagem (juta tecida) era importada diretamente da Índia que detinha o monopólio do comércio mundial de juta. Isso causava desconforto aos fazendeiros paulistas, grandes produtores e exportadores desse produto naquele período. Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) (1923, p. 69), pioneiro da introdução do eucalipto no país, afirmava que a aquisição das sacarias “fazia evaporar o hercúleo trabalho do fazendeiro paulista” que era obrigado a arcar com as tarifas ferroviárias, com as taxas das docas e com os pesados impostos de exportação. Foi por conta desse problema e, a partir desse cenário, que teve início a busca pela aclimação da juta asiática, mas especificamente, da juta indiana em terras paulistas, como forma de reduzir os custos com a aquisição das sacarias para embalar as sempre crescentes safras de café. Com efeito, apesar de todas as tentativas de aclimação da juta no estado de São Paulo, ela não logrou êxito. Seu sucesso ocorreu apenas na Amazônia, inicialmente, no município de Parintins, estado do Amazonas.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí (CPNV).

² Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA.

É nesse ponto que o Japão passa a fazer parte da trama. Sob a coordenação de Tsukasa Uyetsuka (1890–1978) e Kotaru Tsuji (1903–1970) estabeleceu-se na Amazônia um sofisticado e coerente programa de migração. A partir de 1930, com a chegada de imigrantes japoneses a Parintins, tem início um audacioso programa de colonização voltado à produção agrícola e exploração dos recursos naturais da região. Com a aclimação da juta em 1934, conseguida pelo esforço e a disciplina do colono Ryota Oyama (1882–1972), a face da economia amazônica mudou. A juta dinamizou a economia dos estados do Amazonas e Pará no período pós-crise da borracha e pré Zona Franca de Manaus.

Da pesquisa documental

Nos estados do Amazonas e Pará, trabalhamos com publicações relevantes e reconhecidamente importantes, como os Boletins de Pesquisa do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU/EMBRAPA) de Belém/PA; Relatórios do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (IFIBRAM); Revista da Associação Comercial do Amazonas (ACA) e Jornal do Comércio, que circulava em Manaus na primeira metade do século 20. Em São Paulo, a ênfase foi dada aos documentos de maior influência e prestígio na sociedade da época, como o Boletim de Agricultura da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1900-1965); os Relatórios e Relatos de Campo de pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); e a Revista Agrícola Paulista (1895-1907) publicada inicialmente pela Sociedade Pastoral e Agrícola Paulista.

A juta paulista

Alguns acontecimentos foram decisivos para a introdução da cultura da juta (*Corchorus capsularis* L. e *Corchorus olitorius* L.) no Brasil. No final do século 19 e início do século 20, a agricultura da região Sudeste passou por um processo intenso de avanço técnico e científico, mas foi também um período marcado pela superprodução de café, fundamentalmente, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, fato que reduzia consideravelmente os preços dessa *commoditie* nos mercados mundiais, reduzindo, de igual forma, os lucros dos fazendeiros desses estados.

Outro fator importante foram os embaraços causados ao comércio mundial do café com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que fizeram aumentar a crise de superprodução. Sendo “um produto de sobremesa”, o café figurou rapidamente na lista de artigos supérfluos das nações em conflito e isso reduziu o consumo, justamente quando os estados estavam abarrotados de café, cuja produção já vinha aumentando desde os primeiros anos da década de 1900. Naquele momento, personagens importantes³ da cena política, da produção agrícola e da pesquisa científica paulista defendiam a ideia de modernização e diversificação da produção agrícola do estado a partir da introdução de novas culturas que, como o café, fossem de consumo mundial. A adoção de processos produtivos modernos, amparados por métodos e técnicas científicas já disponíveis em países de agricultura avançada e diversificada, como os Estados Unidos, reduziria a dependência de São Paulo em relação ao café e ainda criaria novas possibilidades de negócios com outras culturas, cujos produtos fossem também destinados ao mercado externo.

Com o advento da Lei n. 678, de 13 de setembro de 1899, que organizou o Serviço Agrônomo do Estado de São Paulo, criada no governo de Fernando Prestes de Albuquerque (1855-1937), do Partido Republicano Paulista (PRP), mas executada de maneira efetiva, no governo

³ Em São Paulo, na primeira década do século 20, Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947), Gustavo R. P. D’Últa, Lourenço Granato, Edmundo Navarro de Andrade de (1881-1941) e outros, defenderam a ideia de cultivo de juta no estado. No caso de D’Últa, Granato e Navarro de Andrade, com a realização de testes práticos e experiências de cultivo da planta na região de Campinas, Rio Claro e Iguape, litoral paulista

de Jorge Tibiriçá Piratininga (1855-1928), no período de 1904 a 1908. Nesse período, as políticas implementadas pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, tinham como meta realizar a transição de uma agricultura feita com enxada e arado puxado por bois, para uma agricultura mecanizada, diversificada e amparada pelas técnicas científicas da época. As metas eram claras, tudo que pudesse ser criado, cultivado ou extraído, seja de origem nacional, seja de origem estrangeira, deveria ser pesquisado e buscado com afincos a sua efetivação no estado. Para isso, foram criadas e/ou revitalizadas muitas instituições de ensino e pesquisas agrícolas, postos zootécnicos, campos experimentais, programas de distribuição de sementes, criação de núcleos coloniais, distritos agrônômicos e estações experimentais⁴. É nesse contexto que ocorrem as experiências de cultivo de juta no estado de São Paulo, capitaneados, fundamentalmente, por pesquisadores do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), fundada em 1887, pelo Imperador Dom Pedro II (1825-1891) e, também, as tentativas de cultivo feitas em Rio Claro por Edmundo Navarro, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Lourenço Granato, pesquisador muito importante no estudo da cultura da juta em São Paulo, e que foi diretor do IAC por um ano (1908-1909), no texto intitulado “A cultura da juta em São Paulo” publicado em 1923, faz um levantamento completo acerca das possibilidades de cultivo de juta no estado. No seu texto, há um trecho que menciona a distribuição de sementes de juta vindas de Calcutá por parte da Secretaria da Agricultura de São Paulo (Figura 1).

Quadro das sementes distribuídas desde 1.º de Janeiro até 30 de Junho de 1902

SEMENTES	N.º de volumes	Peso de cada volume em grammas	Peso total em grammas	N.º de pacotes
Alfafa de Provence	66	200 grs.	13.200	36
Feijão da Florida	33	180 „	5.940	28
Aramina	17	500 „	8.500	13
Linho	99	100 „	9.900	75
Canhamo	2	120 „	240	1
Juta de Calcutá	2	80 „	160	2
Cevada	292	1.000 „	292.000	260
Ávela branca de Montevideo	122	1.000 „	122.000	111
Trigo de 12 variedades	896	500 „	448.000	599
Fumo Turco, Sumatra e Havana	3	50 „	150	1
Total	1.532		900.060	1.126

Figura 1: Distribuição de sementes em São Paulo.

Fonte: Boletim de Agricultura, 1902.

O texto de Granato ainda fornece uma preciosa informação acerca da importação de fibras de juta da Índia. Segundo ele, a importação brasileira era de 5.000 a 9.000 toneladas, elevando-se em 1916 e 1917, respectivamente, a mais de 14.000 e 17.000 toneladas, sendo a quase totalidade importada pelo porto de Santos. Granato afirma que a importação de juta pelo porto de Santos, durante os anos de 1921 e 1922, foi a seguinte: (Tabela 1).

Tabela 1: Importação de juta em São Paulo.

JUTA	1921	1922
Em fio para tecelagem Kg	655.630	1.214.140
Valor a bordo em réis	1.644:182\$	1.625:714\$
Em bruto Kg	12.425.274	11.871.717
Valor a bordo em réis	22.310:048\$	15.010:926\$
Peso total da importação Kg	13.080.913	13.085.857
Valor total da importação em réis	23.954:231\$	16.636:640\$

⁴ As principais instituições criadas no governo de Jorge Tibiriçá, foram: o Horto Botânico, depois Horto Florestal, em Rio Claro; Horto Agrário de Cubatão; a Escola Superior de Agricultura Jorge Tibiriçá, em São Sebastião; o Aprendizado Agrícola Bernardino de Campos, em Iguape e o Posto Zootécnico Central. Houve também a reestruturação das já existentes, como o IAC e a ESALQ.

Fonte: Granato, 1923.

Outro pesquisador importante que se debruçou no estudo da juta foi Gustavo R. Pereira D'Últa, que também foi diretor do IAC de 1898 a 1906. No Boletim de Agricultura de janeiro de 1916, D'Últa publicou um artigo intitulado “Cultura da juta”, onde analisa a produção de juta na Índia, trabalhando com imagens de todo o processo, desde o plantio, maceração, desfibramento, até a industrialização, mostrando as vantagens e os obstáculos dessa cultura naquele país e os possíveis obstáculos que seriam enfrentados em São Paulo (Figura 2).



Figura 2: Processo de Trabalho com a juta na Índia no início do século 20.

Fonte: Boletim de Agricultura n. 17, acervo do IAC.

Ainda na seara das contribuições dadas pelos pesquisadores do IAC, outro documento importante que trata do cultivo de juta em São Paulo foi escrito pelo agrônomo Renato F. Guimarães. No Boletim de Agricultura de janeiro de 1922, ele publicou um Relatório com o título de “A cultura da juta em São Paulo”, no qual descreve as experiências de cultivo dessa planta realizado na estação experimental da então Vila de Presidente Prudente pelo senhor Gabriel Lessa. Nesse relatório há outra informação que corrobora a participação direta da Índia no processo de implementação da juta em São Paulo. Por se tratar de algo que consideramos prova documental, optamos por transcrever o trecho todo do Relatório.

Dando desempenho à incumbência que me foi cometida por despacho de fls. 3, de ir visitar a cultura de juta que está sendo feita pelo senhor Dr. Gabriel Lessa na estação de Presidente Prudente, abaixo apresento o respectivo relatório. A cultura dista cerca de 3 km da Vila de Presidente Prudente, está numa baixada, em solo virgem de aluvião fertilíssimo, entre as margens de um córrego que lhe transmite umidade, prestando-se também para serem ali maceradas as hastes. Estando o solo revestido de floresta virgem, exigiu os penosos trabalhos de roçada, derrubada e queima. Posteriormente, à proporção que a enxada preparavam o solo para receber as sementes, iam retirando alguns tocos mais finos bem como algumas raízes. Preparado o terreno em princípio de dezembro do ano próximo passado, fizeram a sementeira a lanço, tendo depois o cuidado de enterrá-las passando ramos de árvores por cima. Como a seca fosse inclemente ali, como geralmente o foi em todo o estado por aquela época, perderam a primeira sementeira que fora um pouco tarde devido a ser continuamente adiada por falta de chuvas. Tentaram novamente repetindo a sementeira nos primeiros dias de fevereiro, com a caída das chuvas tardias, repetiram a sementeira que desta vez germinou promissoramente. A quantidade de sementes empregada foi de 30 kg por alqueire, das variedades *Corchorus capsularis* L. e *Corchorus olitorius* L., sendo que a primeira provou melhor fornecendo hastes mais retas e ramificando apenas na sua extremidade. Provavelmente, esta se dera bem ali por ser o terreno relativamente úmido, condição indispensável para o seu bom desenvolvimento. As sementes foram obtidas da Índia por intermédio da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, que teve o louvável cuidado, de há muito recomendado, de mandar buscar, não só operários afeitos à cultura, mas também o agrônomo especialista no assunto. Foi pensando acertadamente assim que mandou vir o senhor Dr. Nilmoney Bebera, engenheiro agrônomo, e mais 9 operários

hindus que desde a infância não tem feito outra coisa senão cultivar, macerar e preparar a juta na província de Bengala, Índia (GUIMARÃES, 1922 p. 146) (Grifo nosso).

Outros Boletins do IAC, também mencionam a qualidade das fibras de juta produzidas nas experiências paulistas, atentando que as mesmas se enquadravam nas exigências da indústria da época. A produtividade por hectare mencionada no Relatório de Guimarães se aproxima em muito da produtividade do estado do Amazonas atualmente, que é de cerca de 1500 quilos por hectare, mais um detalhe importante da história de cultivo da juta em terras paulistas. Outros Relatórios atestam a contínua tentativa de cultivo de juta em terras paulistas por um período de pelo menos 20 anos. Todavia, o curto espaço disponível para a formatação deste artigo não permite a explanação desses outros Relatórios.

A juta na Amazônia: o êxito de Oyama

“Por que será que a juta cresce mais de 4 metros na Índia e na Amazônia mal chega a atingir um terço de sua altura? ”. Essa era a pergunta que não saía da mente de Ryota Oyama. Ele ponderava que o problema eram as sementes. Obviamente que a Índia não desejaria outro concorrente no mercado internacional de fibras, ainda mais uma produção na Amazônia, região com vasta extensão e praticamente idêntica à região que mais produzia e ainda produz juta naquele país, a região Nordeste, na desembocadura do rio Ganges. Entretanto, muito provavelmente por engano, no meio dos lotes de sementes devem ter vindo algumas de boa qualidade. É importante destacar que na primeira metade do século 20 a Índia era uma colônia inglesa e, nesse sentido, o exemplo da borracha que os ingleses levaram da Amazônia em 1876, causando o colapso da exploração desse produto na região, estava viva na mente dos administradores na Índia e, tanto ingleses quanto indianos, não estavam dispostos a experimentar semelhantes resultados com a cultura da juta.

Avesso a isso, Ryota Oyama insistia, pegava sua canoa e saía remando todos os dias para visitar o plantio em seu lote no Andirá, olhava o jutal, verificando se alguma planta se destacava, seu rosto tinha uma expressão de impaciência. A juta não passava de um metro e meio de altura, um terço do tamanho e se continuasse assim iria repetir o fracasso dos anos anteriores, o que já tinha sido motivo de diversas discussões entre os jovens *koutakusseis* e até mesmo com os líderes da colônia. Mas, em uma manhã do mês de fevereiro de 1934, estava decretado que Ryota Oyama entraria para a história da agricultura na Amazônia e no Brasil, ele teria um encontro com dois pés de juta que iriam mudar a vida de milhares de pequenos produtores amazonenses e de seus compatriotas. Em meio àquela massa verde de juta que parecia toda igual, vislumbrou a silhueta de dois pés de juta delgados que sobrepunham os demais em altura. Com um misto de incredulidade e surpresa, voltou-se para seu filho, Tamon Oyama (1919-2012), que também estava na canoa e observaram os dois pés de juta que se diferenciavam dos outros: “Olhe aqueles dois!?” Ryota Oyama, ante o espanto de Tamon, saltou da canoa e entrou na água para examinar de perto, ele raciocinara certo: a vigília de três meses observando o crescimento da juta e a subida do rio Amazonas foi recompensada, nesse dia, com a comprovação *in loco* que se poderia obter uma juta maior do que as demais.

No dia seguinte, bem cedo, os dois pés de juta foram amarrados a duas estacas, mas a enchente ameaçava a empreitada, pois as águas subiam rapidamente a cada dia, se tivesse ocorrido uma enchente maior o empreendimento não teria logrado êxito. Aqueles dois pés de juta passaram a ser a obsessão de Oyama, que acreditava que ali estaria a solução para o seu cultivo. Nas conversas que ele mantinha com seus vizinhos, relatava as novidades, estes consideravam uma loucura e davam pouca ou nenhuma importância para o fato. “Juta não dá na Amazônia”, era o que todos diziam, as hastes eram pequenas, cheias de ramificações, portanto, antieconômicas. Há tempos que sucessivos colonos repetiam aquelas plantações pressupondo que, na próxima safra, elas se desenvolveriam como na Índia, no entanto, as plantações já haviam sido abandonadas, mas

Oyama permanecia, olhava diariamente as duas plantinhas salientes, esperando o amadurecimento das cápsulas (HOMMA & FERREIRA, 2011).

A ameaça da cheia quase se confirmou, as águas barrentas do rio Amazonas acabaram por levar um dos pés, e o que restou, Oyama cuidou como se fosse um filho, de fevereiro a junho dedicou-se a ele e conseguiu obter dez cápsulas, que foram plantadas no dia 20 de outubro de 1934 em frente à sua casa, na Colônia Modelo de Andirá, município de Parintins, obtendo 7 meses depois, 200 gramas de sementes (HOMMA & FERREIRA, 2011). A quantidade de sementes de juta obtidas por Ryota Oyama, nos anos de 1935 e 1936, atingiram cerca de 32 kg, permitindo que, em novembro de 1936, ele já plantasse 5 ha de juta para a produção de fibra e para a multiplicação de sementes na Ilha de Formosa, para onde tinha se mudado desde 1.º de março de 1936, e Yoshimasa Nakauti produziu 0,5 ha, na várzea na Vila Amazônia, também no município de Parintins.

Assegurado o sucesso da lavoura da juta como alternativa econômica, em 26 de fevereiro de 1937, foi colhida a primeira safra comercial dos plantios de Ryota Oyama e Yoshimasa Nakauti, e no dia 24 de abril foram embarcadas 2.770 kg de fibras no navio Tenente Portela, com destino à cidade de Belém, sendo o primeiro carregamento de juta da Amazônia. Foi o cuidado e a persistência de Ryota Oyama que permitiram o sucesso da cultura da juta na Amazônia (MARÃO, 1967; FERREIRA, 2016). Esse acontecimento revelou ainda, que a experiência de vida de Oyama (na época com 52 anos) contrastava com a dos jovens *koutakusseis* e das lideranças da colônia, na faixa dos 30 anos, sem experiência agrícola e sem o “sexto sentido” para tomar a decisão de proteger essas duas plantinhas.

O sucesso de Ryota Oyama gerou muita inveja em meio a seus compatriotas e, principalmente, por parte das lideranças da colônia, exceto Tsukasa Uyetsuka. Tal qual a metáfora do “Ovo de Colombo”, acharam ser uma solução “aparentemente” muito natural e óbvia, muitas lideranças da colônia que já tinham desprezado a juta passaram a defendê-la e reescreveram a história de trás para frente, justificando os seus atos e, inclusive, como sendo mentores da ideia. Ryota Oyama também não tinha a ideia de que cuidando daquelas duas plantinhas iria mudar o eixo da história da agricultura das várzeas do rio Amazonas por algumas décadas.

Considerações finais

O êxito da cultura da juta no Brasil se deu graças ao encontro da diversidade e da pluralidade, graças ao encontro do Oriente com o Ocidente. Se por um lado, o desenvolvimento da cultura da juta na Amazônia está umbilicalmente ligado ao processo de imigração japonesa, por outro, ele se liga também à Índia, mais especificamente à cidade de Calcutá⁵.

Dessa cidade, também procederam várias remessas de juta para os colonos japoneses no município de Parintins/AM, como a de Kotaro Tsuji, que em 1933, trouxe 60 kg de sementes de juta arranjados pelo Consulado do Japão em Calcutá, por meio da agência *Mitsui Corporation S.A.* O plantio realizado com essas sementes não atingiu o resultado esperado, repetindo-se, assim, o fracasso dos anos anteriores. Contudo, o fracasso dessas experiências, feitas pelo Instituto Amazônia, fez com que Tsukasa Uyetsuka, o idealizador da imigração japonesa em Parintins, tomasse a decisão de enviar para a Índia, o agrônomo Isaku Kino, professor da Escola Superior de Colonização do Japão, para aprender sobre o cultivo dessa planta.

⁵ Dessa cidade veio as primeiras sementes de juta para o Brasil, inicialmente para o estado do Rio de Janeiro, onde foram feitos ensaios na Fazenda Normal, ligada ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) na segunda metade do século 19, depois para São Paulo e, por fim, na década de 1930 para a Amazônia (FERREIRA, 2016).

Em 10 de maio de 1933, ele partiu para a Índia e regressou ao Japão no dia 1.º de setembro, viajando em direção à Amazônia em 13 de setembro, como chefe de turma do primeiro grupo de famílias para a Colônia Modelo instalada no rio Andirá, em Parintins, incluída aí a família de Ryota Oyama. Em meados de dezembro de 1933, Ryota Oyama iniciou o preparo do solo na várzea da embocadura do rio Andirá e, em 4 de janeiro de 1934, iniciou o plantio de sementes de juta trazidas por Isaku Kino. Começava aí um novo ciclo econômico na Amazônia que, por quatro décadas, foi a principal atividade dos estados do Amazonas e Pará, mas que declinou a partir da década de 1990.

Referências

- ANDRADE, E. N. *Café, Juta e Borracha: missão ao Oriente*. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Cia, 1923. 137p.
- D'ULTRA, G. R. P. *Cultura da juta*. São Paulo: Boletim de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 17ª série, n. 01 jan. 1916. p, 939-943.
- FERREIRA, A. da S. *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)*. 2016. 488 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- GRANATO, L. *A cultura da juta em São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Serviço de Publicações, 1923, 15 p.
- GUIMARÃES, R. F. A cultura da juta em São Paulo. Relatório. *Boletim de Agricultura*, Série 23 n. 1 e 2 jan. fev. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1922. p.147-151.
- HOMMA, A. K. O.; FERREIRA, A. S. As concessões de terras para os japoneses na Amazônia na década de 1920. In: HOMMA, A. K. O. FERREIRA, A. S.; FREITAS, M. C. S.; FRAXE, T. J. P. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p.135-164.
- MARÃO, J. C. *A História de um Pequeno Herói*. Realidade, São Paulo, v.2, n.17, p.100-104, ago. 1967.
- WRIGHT, R. P.; LENTZ, D.L.; BEAUBIEN, H.F.; KIMBROUGH, C.K. New evidence for jute (*Corchorus capsularis* L.) in the Indus civilization. *Archaeological and Anthropological Sciences*. Volume 4, Issue 2, p.137-143, June 2012.

Enviado em 31/12/2016

Avaliado em 15/02/2017